XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Economia solidária, experiências monetárias e autonomía. Na construção de novos modelos de desenvolvimento .

Claudia Lucia Bisaggio Soares.

Cita:

Claudia Lucia Bisaggio Soares (2009). *Economia solidária, experiências monetárias e autonomía. Na construção de novos modelos de desenvolvimento. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1338

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Economia solidária, experiências monetárias e autonomía

Na construção de novos modelos de desenvolvimento

Claudia Lucia Bisaggio Soares
Centro Universitário municipal de São José-USJ
clbsoares@gmail.com

O objetivo do trabalho é mostrar como a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento autônomos, que respondam à perspectivas distintas das idealizadas nos modelos tradicionais vem estimulando mundialmente experiências econômico-sociais inovadoras, estruturadas em torno do eixo da chamada "economia solidária", envolvendo a criação de novas experiências monetárias e o compartilhamento de valores sociais diferentes dos tradicionais individualismo e estímulo à concorrência - como forma de reorientar os objetivos do desenvolvimento.

Uma vez que desenvolvimento exige transformação, mudança com um sinal positivo em direção a um objetivo, é sempre necessário qualificar e explicitar esse propósito a ser atingido. Nesse sentido a economia solidária propõe um sistema econômico (sujeito a uma racionalidade sócio-ética) que responda a necessidade de produção e consumo através de redes de cooperação que surgem, basicamente, tanto das experiências fruto do empreendedorismo solidário quanto do cooperativismo. Simultaneamente, grande parte das experiências com moeda social e com circulantes locais vem se colocando como companheiras em todas as variações nas quais à economia solidária vem se apresentando, tanto no caso das experiências mundiais e extraordinariamente ainda no caso das brasileiras.

1. O contexto da economia solidária

Os últimos anos assistiram antigos paradigmas opositores à sociedade de mercado serem reapropriados e atualizados, entre outras, sob a noção recentemente cunhada de economia solidária, que muito embora se sustente na tradição socialista, vai além dela. Em oposição aquilo que se pode chamar de economia convencional a economia solidária se coloca como portadora de valores sociais distintos do consagrado individualismo e da concorrência como instância última da seleção social, buscando seus exemplos no comunitarismo e no compartilhamento de vivências e elegendo a solidariedade como o motor do crescimento e, mesmo, da diferenciação e da subseqüente evolução. Nesse sentido alguns de seus instrumentos tem sido a articulação de redes de cooperação conjugando experiências ligadas tanto à tradição cooperativa como outras que vêm sendo abarcadas pela noção de empreendedorismo solidário; além de estimular a adoção da postura de prossumidor [i] por parte de seus participantes, se situando no território da tensão entre a exclusão e a reinvenção do mercado. De fato essa tensão ressurge não só na construção cotidiana das experiências de economia solidária, como também nas perspectivas de sua evolução.

Em termos ideais, ao se propor como um modelo alternativo para a formação de um "estilo" de vida ela se coloca em um conjunto de encruzilhadas. Numa primeira

[i] O termo prossumidor se refere ao comportamento do agente econômico, quando ele exerce simultaneamente o papel de produtor e de consumidor; condição essa essencial, por exemplo, para qualquer participante de um Clube de Trocas.

bifurcação ela pode se construir apenas complementarmente ao sistema dominante, como uma forma de inclusão dos excluídos, na medida em que lhes oferece um modelo de integração pela cooperação ou como uma alternativa plena de "forma de vida", de padrão de desenvolvimento. Aceitando o desfio maior e se constituindo como modelo alternativo, e por conseguinte, em ruptura com o hegemônico, pode ainda trilhar o caminho da confrontação por ao menos duas vias distintas: pela competição com o modelo vigente em termos de qualidade (tradicional) de produtos, serviços e preço oferecidos, aliando-se a essa performance econômica os benefícios de uma vida melhor; ou pela construção de um circuito insulado (ou apenas relativamente isolado), sob parâmetros próprios de qualidade. Ao primeiro modelo pertence hoje o maior número de experiências, pois é plenamente estimulado em momentos econômicos como o presente. Quando do seu papel de construção alternativa, a primeira é, de fato, unicamente possível caso as pessoas, em geral, demonstrem interesse em alterar seus padrões de consumo e seus valores sociais de uma maneira mais ampla e de se ajustar o sistema de mercado através de padrões de sustentabilidade social e ambiental. Já a formulação isolacionista depende de toda uma dinâmica interna a grupos altamente motivados por um conjunto comum de valores e capazes de se articular em redes de produção e consumo totalmente independentes do mercado tradicional. Nesse caso novos arranjos para a determinação de preços e produções precisam ser elaborados, ensaiados, pois como ressalta Lisboa (2004, p. 267), "a possibilidade de um mercado regulado pela auto-organização social no qual predominem redes de cooperativas e de consumidores conscientes" está ainda por se experimentar, indicando uma economia com mercado, mas não ao serviço dele.

De toda forma, a maioria das experiências de moeda social tem se colocado como companheiras em todas as variações nas quais a economia solidária vem se apresentando, principalmente no caso das experiências da América Latina e extraordinariamente ainda no caso das experiências nacionais. No Brasil, em que pese sua independência, boa parcela dos grupos que trabalha com moeda social são oriundos de práticas de economia solidária ou mantém contato estrito com organizações dela.

2. Moeda livre e moeda social: reinvenções da moeda

A adoção de moedas paralelas à moeda nacional tem ocorrido desde sempre e, embora a maioria das experiências não tenha grandes paralelos com as moedas sociais, alguns experimentos têm objetivos e metodologias bastante próximas delas. Em função dessa proximidade, que por vezes chega-se a fazer confusão entre essas modalidades e a moeda social propriamente dita. De todas elas, a que mais tem aparecido junto da moeda social em associação com os empreendimentos da economia solidária tem sido as moedas livres.

2.1 Uma experiência de moeda livre: o circulante local

Falar de moeda livre significa lembrar de Silvio Gesell e sua principal obra "A ordem econômica natural", onde o autor expôs os argumentos a favor da adoção generalizada de uma moeda que se equiparasse às outras mercadorias, ou seja, que também estivesse vinculada aos ciclos naturais, perdendo valor com a passagem do tempo e gerando custos de armazenagem, estimulando assim a sua circulação em detrimento do seu acúmulo fora do circuito da produção. A perspectiva normativa central dessa abordagem é a prescrição de uma moeda livre de juros (de preferência com juros negativos), sujeita assim a custos de retenção, como forma de estimular as atividades econômicas de uma região, embora ela deva ser admirada em seu conjunto para poder ser mais bem compreendida.

O objetivo mais geral da proposta era mais ambicioso que apenas uma nova ordem monetária, esperava atingir uma "ordem econômica natural" que, segundo o autor, estaria igualmente distante do capitalismo e do comunismo. Para isso o dinheiro deveria ser gerido como um serviço público que estaria sujeito a um processo de oxidação administrado (já que as instituições sociais não respondem às leis da física ou da biologia...). Essa taxa de oxidação não seria um rendimento da esfera privada, mas teria os recursos por ela gerados, sendo aplicados nos assuntos públicos, possibilitando até uma redução na cobrança de impostos.

Entretanto, para que sua proposição pudesse ser efetivada, Gesell[ii] também considerava indispensável uma nova forma de apropriação da terra, do ar e da água, na forma de propriedade pelas instâncias regionais de poder, que arrendariam a quem tivesse intenção de explorar esses recursos, deixando-os livres da especulação (caracterizando uma exploração privada da propriedade comunitária). Normalmente sua metodologia tem sido apropriada, ao menos em parte, pelas experiências de moeda regional ou local.

Os exemplos clássicos de implementação desse tipo de experiência estão vinculados à aguda crise econômica que se abateu sobre o mundo ocidental na década de trinta do século passado, quando alguns seguidores das idéias de Gesell tiveram uma oportunidade ímpar de colocar parte de suas inovações em ação. Nessa ocasião várias moedas livres locais surgiram em quase toda a Europa, sendo o caso de Wörgl, uma pequena cidade de cerca de 4.000 habitantes, na Áustria, o caso mais difundido.

Entre 1932 e 1933 o "prefeito" conseguiu executar uma emissão de moeda local lastreada em moeda nacional (a mesma quantidade depositada de schilling-nacional foi emitida em shilling-livre). A moeda local estava sujeita a uma taxa de utilização de 1% ao mês e eram aceitas para pagamento de impostos. No final do primeiro ano a moeda local tinha circulado 463 vezes, enquanto a nacional apenas 21[iii], tendo os 32.000 schilling-livres iniciais criados 14.816.000 schilling-livres em mercadorias ao fim do período e a taxa de desemprego reduzida em 25% (enquanto no resto do país aumentava), além dos investimentos públicos terem tido o incremento permitido pela recolha da taxa sobre circulação do dinheiro local. Tal sucesso não passou desapercebido e mais de 300 municípios já se preparavam para começar experiências semelhantes quando as autoridades monetárias nacionais proibiram qualquer iniciativa semelhante e forçaram o término da de Wörgl. Temiam pelo seu monopólio sobre emissão/administração da moeda nacional.

O circulante local em uma experiência contemporânea de economia solidária no Brasil

Em 1998, foi criado o Banco Palmas, pela associação de moradores do bairro carente de Fortaleza, no Ceará, chamado Conjunto Palmeira. O banco oferece crédito de

[ii] É importante salientar que a totalidade do planejamento e recomendações de Gesell atinge uma profundidade e complexidade muito superior ao recorte aqui apresentado, que ficou restrito às questões diretamente pertinentes ao trabalho em desenvolvimento.

[iii] Segundo Kennedy (1998).

consumo sem cobrar juros nenhum e com pouca burocracia. Os juros são cobrados apenas para os empréstimos para produção. O Banco Palmas utiliza seu próprio cartão de crédito, aceito apenas pelo comércio da área, *fazendo com que aumente a circulação local de capital, gerando empregos e possibilidade de crescimento econômico*. São oferecidos também miniempréstimos para restauração de casas. Há também a Incubadora Feminina e o Laboratório de Agricultura Urbana que ensina as famílias a plantarem hortas e plantas medicinais em suas casas. *Todas essas iniciativas juntas visam fechar o circuito de produção e consumo local, produzindo alimentos no próprio bairro*[iv].

Recentemente, a partir da prática do Banco Palmas de concessão de microcrédito e com moeda social através da organização de um clube de trocas, o grupo organizador do Banco sentiu o poder de sinergia que as duas experiências podiam ter de dinamizar a economia local se articuladas através daquilo que chamam de "circulante local", ou seja, de uma moeda de emissão realizada pelo Banco, de acordo com a quantidade de Reais que consigam mobilizar para lastro dessa emissão. Esse circulante é então colocado em circulação em função da demanda que a comunidade gerar por essa modalidade de moeda, a partir da interação com outros projetos do Banco que estimulam a disseminação de Palmas pela comunidade. "As pessoas que originalmente não tinham acesso aos Reais puderam, através do seu trabalho, conseguir Palmas e, se for necessário esses Palmas se transformam em Reais." (MELO NETO; MAGALHÃES E DUTRA, s/d).

É importante ressaltar eu sua emissão não é independente da moeda nacional, pelo contrário, está estritamente vinculada a capacidade de obtenção de fundos para lastreá-la. É um tipo de moeda que aumenta a liquidez de forma localizada, entretanto de modo entrelaçado com as institucionalidades ligadas à moeda nacional como a emissão realizada por bancos privados, coordenados mesmo que indiretamente, pela política monetária e financeira do Estado. No caso, o Banco Palmas tem também acordos com diversas esferas de governo que vêm permitindo não só o alargamento do lastro como também o desenvolvimento de sinergias com as políticas públicas de distribuição de renda.

[iv] Fonte: MELO NETO; MAGALHÃES, 2003 e 2005. O texto em itálico indica citação direta da fonte.

Em função do sucesso da iniciativa com a moeda livre, outras experiências estão sendo levadas a cabo pelo mesmo grupo organizador em Paracuru, município a 90 km. de Fortaleza, e também por outros grupos por eles inspirados.

2.2 Rompendo com a economia convencional: a moeda social

A moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária (SOARES, 2009).

É importante notar que os criadores e a maioria dos participantes dessa experiência a assumem como um exercício de vontade, reflexo de uma busca por recolocar a economia a serviço das finalidades sociais e reintegrando seus valores à esfera sócio-cultural. Portanto, ela deve ser percebida como uma instituição com um caráter assumidamente normativo, da qual participa quem congrega dos mesmos valores. Em cada experiência a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, mas de forma geral dois significados gerais aparecem recorrentemente: (1) como "meio de troca" alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou (2) como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. De qualquer forma ela merece ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional.

Nesse sentido, discutir o caráter social da moeda, não é, como se costuma associar, apenas uma questão de criar um sistema que propicie a inclusão social através de uma "produção maior e mais descentralizada" de massa monetária, ou mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos "despossuídos", até porque empresas de todo porte utilizam-se de moedas sociais. A idéia tem também uma face mais radical: procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa, onde a forma e procedimentos que assume carregam uma determinada face para a arena de

disputa de poder (que pode beneficiar mais a uns que a outros), estimula determinados valores sociais e reprime outros (respectivamente a responsabilidade e o individualismo, por exemplo) e imprime e destrói hábitos, interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* de todo o sistema social. Por isso, tecnicamente falando a moeda social não tem (nem faz sentido ter) lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter relação de valor, paridade, com ela.

As regras de cada experiência são expressas, compartilhadas e passíveis de discussão, embora alguns princípios sejam considerados imutáveis:

- Democracia participativa: gestão da moeda pelo usuário, transparência administrativa e responsabilidades partilhadas.
- Continuidade: o que possibilita a aceitação da moeda é a certeza da continuidade das operações de intercâmbio, que haverá uma próxima oportunidade de equacionar as demandas e ofertas pendentes (portanto, retidas na forma de "dinheiro").
- Confiança: é a confiança que se vai adquirindo com o reconhecimento do grupo enquanto tal que respalda o "valor" da moeda (que é exatamente o de servir de meio de troca entre o grupo).
- A moeda enquanto um serviço "público" que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de lucro estéril: não existe cobrança de juros ou qualquer prêmio para a retenção de moeda. Em alguns casos pode haver uma punição (juros invertidos) por entesouramento.
- A atividade econômica enquanto provedora de bem-estar: não existe a intenção de "lucrar", no sentido de ganhar em cima de um trabalho não remunerado do outro ou qualquer tipo de especulação.

Quando utilizando a moeda social os agentes envolvidos possuem uma enorme autonomia sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal de troca, além de praticarem a descentralização da emissão, através da promoção de vários pólos emissores em simultâneo. Ou seja, ao negarem a reificação do dinheiro assumem a responsabilidade de reenquadrar a economia no social, trazendo à tona também toda a responsabilização que se segue ao assumir esse poder até então implícito. É nesse sentido

então, que o grupo é autônomo (apesar de existir em uma sociedade marcada por opressão e desigualdade estruturais como contexto), na medida em que "dá a si próprio a lei", ou a regra.

A utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentações de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva (em seu contexto interpretativo castoriadiano (CASTORIADIS, 1982 e 2002). Parece ser difícil passar por um processo desse e não sair, no mínimo, vendo a moeda nacional desmistificada e as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder. Ao que indicam as narrativas dos participantes coletadas em encontros, vídeos e feiras, ninguém sai da mesma forma que entrou.

3. Da moeda nacional a moeda social, um caminho para a autonomia?

Quando se tem uma economia plenamente monetizada, como é o sistema econômico contemporâneo, e em simultâneo a noção de que a base do valor da moeda é a escassez, coloca-se o sistema em um círculo vicioso, em um jogo de soma zero. Para que alguns participantes ganhem (valorizem seu capital) se torna necessário que os outros percam (não consigam valorizar seu trabalho/capital). Porém, no contexto específico da atuação da moeda social, o que se pode esperar? Na medida em que a moeda social se apresenta como uma discussão sobre o caráter da moeda nacional, esse questionamento deve também atingir a ação linear de estímulo ao desenvolvimento a partir de uma simples injeção de mais moeda no circuito real. Tecnicamente falando a relação moeda crescimento vai além da proporcionalidade quantitativa.

O tipo de moeda que se usa também influencia a relação. Como já visto, se é uma moeda que tem sua emissão baseada no crédito e no pagamento de juros, o tipo de estímulo terá características diferentes das almejadas pelos usuários da moeda social. Entretanto, se o instrumento monetário é criado e gerido como um instrumento de uma

proposta explícita de padrão de desenvolvimento (e não seu fim), que características deve incorporar?

Essa é justamente uma das grandes potencialidades da moeda social, recolocar para os usuários a escolha sobre o modelo de desenvolvimento, sobre o que é considerado como qualidade de vida e que, portanto, deve ser buscado; e também os instrumentos que serão utilizados. Nesse sentido os processos de emissão e gerenciamento das experiências de moeda social de que se tem notícia não são todos iguais. Retratam o grau de audácia que o grupo se permite, o diagnóstico que fazem da causa das desigualdades de desempenho e oportunidades e o que se pode fazer para superar essas dificuldades.

Retomando, se moedas diferentes estimulam desenvolvimentos diferentes entre as relações econômicas e o resto do sistema social, trabalhar com uma moeda que não permite a usura (recolocando a função de meio de troca como a função básica para o dinheiro, em detrimento da de reserva de valor - que fica subordinada a primeira), é assumir o intuito de submeter-se o sistema econômico novamente a lógica da produção (necessidades humanas), em detrimento da reprodução do capital financeiro/imaterial e, admitir essa postura já muda qualitativamente o crescimento esperado, pois traz de volta o investimento para o lado real do sistema econômico, mas não é suficiente para enquadrar o tipo de desenvolvimento esperado. Se o ponto de partida das experiências é, em geral, a percepção que está faltando óleo no circuito, e que esse óleo pode ser provido local/socialmente, a análise a partir daí acaba colocando na mesa todo o modelo subjacente à moeda nacional. É bom lembrar que esse estímulo à reflexão que a crise de escassez de circulante gerou tem resultado em soluções bem mais ambiciosas que apenas resgatar a moeda para a produção, ou simplesmente aumentar sua quantidade em circulação via criação de moedas locais ou sociais (com seu caráter de permitir, naturalmente, maior inclusão social).

Referências Bibliográficas

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. A democracia como procedimento e como regime. In: *As encruzilhadas do labirinto IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KENNEDY, Margrit. *Dinero sin inflacion ni tasas de interes*. Buenos Aires: Editorial del Nuevo Extremo, 1998.
- LISBOA, Armando M. *Economia Solidária, Economia Barroca. A Emergência da Socioeconomia Solidária na América Ibérica*. 2004. Tese de Doutorado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.
- MELO NETO, Joaquim J. ; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções:* Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.
- _____. Banco comunitário e cooperativa de crédito. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004.
- MELO NETO, Joaquim J.; MAGALHÃES, Sandra e DUTRA, Jaqueline. *Moedas sociais:* do clube de trocas, passando pelo circulante local, chegando ao diálogo com programas e projetos de distribuição de renda. Mimeo. [s/d].
- SOARES, Claudia L. B. Moeda Social. In: HESPANHA et al. (Coord.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.